

Roteiro de Género, Juventude e Inclusão



Índice

1ª Parte . Introdução e antecedentes	3
Fundamentação: porque é que a Love Alliance inclui um enfoque específico sobre o género, a juventude e a inclusão?	3
Mandato: Como é que o Roteiro GJI responde aos compromissos globais sobre o HIV?	4
O grupo de trabalho sobre Género, Juventude e Inclusão (GJI)	6
2ª Parte : O Roteiro de GJI da Love Alliance	7
Finalidade:	7
Objectivos do Roteiro de GJI	7
Abordagens estratégicas	8
1. Coordenação, desenvolvimento de capacidades e reflexão crítica.	8
2. Advocacia, representação, voz e construção de movimentos:	9
3. Construção de evidências, identificação e aumento das boas práticas	11
3ª Parte : Operacionalização do Roteiro	13
1ª Área crítica : Incorporar uma abordagem transformadora de género nos parceiros da Love Alliance.	14
Objectivos	14
Compreender o poder	15
Mensagens-chave de advocacia sobre GTA	19
2ª Área Crítica : Assegurar o engajamento ético e significativo dos jovens no trabalho da Love Alliance como um compromisso transversal	24
Objectivos	24
Mensagens-chave de advocacia sobre MYE	26
3ª Área Crítica: Combater o movimento anti-género	30
Objectivos	30
Mensagens-chave de advocacia para combater o movimento anti-género	32
Anexos	37
Anexo 1: Dados globais sobre o HIV que destacam as desigualdades	37
Anexo 2: Contribuição em prol dos compromissos da Declaração Política de 2021 sobre o HIV e SIDA	39



Introdução e antecedentes

O género, a juventude e a inclusão são parte integrante da Love Alliance - assente no princípio de não deixar ninguém para trás. O grupo de trabalho sobre Género, Juventude e Inclusão (GJI) coordenará a implementação da abordagem sensível ao género do consórcio e o compromisso com o envolvimento ético e significativo e a participação da população-chave jovem, incluindo jovens que vivem com o HIV, jovens no trabalho de sexo, jovens que usam drogas (PUD) e jovens LGBTQ+.

Este Roteiro GJI visa criar um entendimento comum e claro em toda a parceria da Love Alliance sobre o que significam, na prática, as abordagens transformadoras de género e o engajamento ético e significativo e a participação dos jovens na sua diversidade.

O seu objectivo é fornecer aos parceiros estratégicos da Love Alliance um conjunto de práticas e intervenções para a promoção coordenada de um conjunto comum de mensagens sobre género, juventude e inclusão em todas as áreas dos processos programáticos da Love Alliance (planificação, monitoria, avaliação e aprendizagem (PMAA), concessão de subvenções, governação, comunicação e advocacia).

É também uma ferramenta para responsabilizar a parceria pelo seu compromisso com a justiça de género e o envolvimento significativo dos jovens. Para este efeito, o Roteiro inclui um quadro de pontuação que pode ser utilizado juntamente com outras ferramentas e processos PMAA/PMEL para rastrear a implementação e o progresso nestas áreas. O Roteiro destina-se a ser um documento interno que pode ser regularmente consultado e actualizado.

Fundamentação: porquê é que a Love Alliance inclui um enfoque específico no género, juventude e inclusão?

A visão global da Love Alliance é ver um mundo onde a saúde sexual e reprodutiva e os direitos (SSRD) de todas as pessoas são protegidos, respeitados e cumpridos.

Alcançaremos essa visão através da prossecução dos seguintes objectivos

1. Movimentos de população-chave competentes, inclusivos, influentes, e que se apoiam mutuamente num espaço cívico sem restrições.



2. Um fim à violência sexual e baseada no género, à estigmatização e à discriminação contra a população-chave.



3. Igualdade de acesso aos serviços inclusivos, centrados nas pessoas, responsáveis e integrados de HIV e SSR



Estes objectivos não podem ser alcançados sem que sejam eliminadas barreiras estruturais, incluindo as desigualdades relacionadas com o género e idade, que impedem o progresso. As barreiras relacionadas com o género e idade há muito que são reconhecidas como impulsionadoras do HIV e como obstáculos à uma resposta eficaz. (Vide Anexo 1 - Dados globais sobre o HIV).

Mandato: Como é que o Roteiro de GJI responde aos compromissos globais sobre o HIV?

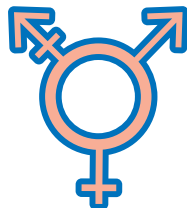
A estratégia Global de combate ao SIDA 2021-2026 centra-se na eliminação das desigualdades para acabar com o SIDA e exige explicitamente esforços para abordar as barreiras estruturais que criam e reforçam as desigualdades através dos objectivos 10-10-10 dos facilitadores sociais.

Os objectivos 10-10-10 dos dinamizadores sociais

1. Menos de 10% dos países têm ambientes legais e políticas que impedem o acesso aos serviços de HIV.



2. Menos de 10% de mulheres, raparigas e população-chave são vítimas de desigualdade de género e violência.



3. Menos de 10% de pessoas que vivem com o HIV e população-chave sofrem estigma e discriminação.



A estratégia prevê que, sem atingir estas metas, o objectivo de erradicar o SIDA como ameaça para a saúde pública até 2030 não será alcançado. Uma resposta ao HIV baseada nos direitos e transformadora do género também contribui para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como para outros compromissos globais.

Como a Love Alliance contribui para o alcance dos ODS



Objectivo 3: A Saúde e o Bem-estar inclui metas para acabar com o SIDA como ameaça à saúde pública, garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e alcançar a cobertura universal em saúde.



Objectivo 5: A Igualdade de Género e o empoderamento de mulheres e raparigas inclui metas para eliminar todas as formas de violência sexual e baseada no género, garantir o acesso universal a SSRD e reforçar o ambiente legal e político para promover a igualdade de género e o empoderamento da mulher.



Objectivo 10: A Redução das Desigualdades dentro dos países e entre eles inclui metas relativas à inclusão social, económica e política e à igualdade de condições, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias, para que todos tenham acesso igual à oportunidades, recursos e resultados.



Objectivo 16: A Paz, a Justiça e Instituições Eficazes inclui metas sobre a redução da violência, a promoção do Estado de direito e acesso à justiça, a representação e a participação na tomada de decisões e a não discriminação.

Na sua conceptualização, a Love Alliance reconhece a importância de incorporar a igualdade de género e a justiça de género em todos os processos e advocacia do consórcio; e de integrar um envolvimento significativo dos jovens para maximizar a inclusividade da parceria e aproveitar o seu potencial para quebrar barreiras estruturais que impedem uma resposta eficaz ao HIV.

O modelo de programação da Love Alliance coloca as redes de jovens numa posição estratégica de adquirir financiamento para desenvolverem as suas capacidades e participarem activamente na programação.

O grupo de trabalho de Género, Juventude e Inclusão (GJI)

Para supervisionar a implementação destes compromissos com a igualdade de género e o engajamento significativo dos jovens, foi criado o grupo de trabalho GJI da Love Alliance, com o seguinte mandato dos parceiros da Love Alliance:

- **articular e compreender o potencial** da Love Alliance para causar um impacto em termos de género, juventude e inclusão
- fornecer **apoio técnico** na aplicação dos princípios de uma abordagem transformadora de género e engajamento significativo da juventude em todas as áreas da parceria (por exemplo, concessão de subvenções, advocacia, liderança, comunicações, PMAA/PMEL, etc.)
- apoiar o **engajamento do parceiro/beneficiário** em espaços relevantes de advocacia e política e na **construção de movimentos transversais**, ligando o movimento do HIV à espaços feministas e juvenis, e trazer os seus princípios, práticas e visões do mundo para os nossos
- **coordenar** toda a aliança: o grupo de trabalho de Género, Juventude e Inclusão coordena todos os esforços com os outros grupos de trabalho relevantes (Advocacia, Subvenções, PMAA/PMEL) e com o Conselho Estratégico da Love Alliance.





O Roteiro de Género, Juventude e Inclusão da Love Alliance

Finalidade

O Roteiro foi desenvolvido pelo grupo de trabalho de GJI da Love Alliance para:

- Orientar o trabalho do grupo de trabalho de GJI, e responsabilizar a parceria da Love Alliance para defender a justiça de género e o engajamento ético e significativo dos jovens, incluindo através de uma reflexão crítica sobre o poder dentro das suas próprias estruturas de trabalho
- Criar e promover um entendimento comum e claro do que significam na prática as abordagens transformadoras de género e o engajamento e participação éticos e significativos dos jovens
- Delinear mensagens-chave de advocacia, veículos e oportunidades
- Fornecer uma visão geral das boas práticas que os parceiros e os beneficiários podem consultar.

Objectivos do Roteiro de GJI

Os objectivos específicos do Roteiro enquadram-se em três áreas críticas que se intersectam e se apoiam mutuamente, que a Love Alliance se compromete a defender e que são descritas a seguir.



1ª Área crítica : Abordagem Transformadora de Género (GTA):
Incorporar uma abordagem transformadora de género nos parceiros da Love Alliance



2ª Área crítica : Engajamento Significativo dos Jovens (ESJ):
Assegurar o envolvimento ético e significativo dos jovens como um compromisso transversal



3ª Área crítica : Combater o movimento anti-género (CAGM):
Compreender o impacto e contrariar a oposição sob a forma de forças restritivas do género ou forças anti-género

Abordagens estratégicas

Para a consecução dos objectivos do roteiro em cada uma destas áreas críticas, serão adoptadas três abordagens estratégicas, como se segue:

1. Coordenação, desenvolvimento de capacidades e reflexão crítica.

Coordenar a compreensão e a implementação de abordagens transformadoras do género e o engajamento ético e significativo dos jovens através de: reflexão crítica, desenvolvimento de capacidades, partilha de conhecimentos e reforço dos processos e intervenções que utilizam a GTA o ESJ.

As acções prioritárias incluem:

- Convocar o grupo de trabalho sobre género, juventude e inclusão, para permitir a reflexão crítica, o balanço e as avaliações/auditorias de género;
- Estabelecer centros de aprendizagem nacionais nos países da Love Alliance, em colaboração com o Oficial de Aprendizagem, para coordenar a formação GTA e ESJ, e a partilha de conhecimentos sobre o movimento anti-género. A aprendizagem será canalizada para os beneficiários da Love Alliance e para os parceiros nacionais de advocacia. Os centros de aprendizagem irão:
 - facilitar a interseccionalidade das comunidades
 - proporcionar um espaço seguro para aprendizagem
 - Permitir conexões virtuais com os países
 - Proporcionar uma plataforma de intercâmbio e partilha de conhecimentos com base na experiência e na prática dos parceiros
 - Permitir a conexão inter-regional entre parceiros de advocacia e líderes de inspiração para se conectarem com parceiros
- Coordenar toda a parceria (por exemplo, através da participação noutros grupos de trabalho, grupos de tarefas ou colaborações específicas) para fornecer apoio técnico para fortalecer a implementação de GTA e ESJ nos processos e intervenções da Love Alliance.

Indicadores-chave da Love Alliance

- S1.2 # de organizações da sociedade civil e organizações lideradas pela comunidade com maior capacidade para defender os direitos das pessoas LGBTQ+, trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e pessoas que usam drogas.
- M1.2 # de plataformas e mecanismos nacionais que apoiam a coordenação, planificação e envolvimento da comunidade nos processos nacionais estabelecidos / fortalecidos.

2. Advocacia, representação, voz e construção de movimentos:

Fortalecer as intervenções da Love Alliance em plataformas de defesa que sejam relevantes para promover a igualdade e diversidade de género, a SSRD abrangente e o engajamento e liderança dos jovens, e aproveitar as oportunidades para construir movimentos, através de: actividades de advocacia, concessão de subvenções, participação em fóruns políticos, desenvolvimento e partilha de materiais de comunicação (campanhas, mensagens de advocacia, etc.).

As acções prioritárias incluem:

- Realizar análises de género e diversidade e/ou utilizar dados (existentes) sobre género para informar a sensibilização. (vide quadro)
- Apoiar e promover a participação, a liderança e a mentoria de jovens, mulheres e raparigas, e a população-chave na sua diversidade, incluindo nas estruturas de governação da Love Alliance
- Coordenar entre os Grupos de Trabalho de Advocacia e Comunicações para apoiar e alinhar actividades que procuram abordar a desigualdade de género, promover a participação significativa dos jovens e combater o movimento anti-género em toda a Love Alliance. Especificamente:
 - Assegurar a fertilização transversal entre os diferentes grupos de trabalho (por exemplo, convidar o ponto focal de outros GT para reuniões de coordenação de GJI; participar em reuniões trimestrais do GT)
 - Participar em grupos de trabalho temáticos que se preparam para momentos específicos de sensibilização, tais como Women Deliver 2023, ICASA 2023, Comissão do Estatuto da Mulher (CEM) e AIDS2024
 - Apoiar o Grupo de Trabalho de Advocacia com mensagens de advocacia de GTA e ESJ
 - Trabalhar com o grupo de trabalho de Comunicações em campanhas específicas para garantir que as mensagens de GTA e de ESJ são incluídas e na recolha e amplificação de histórias de sucesso - para utilização em dias internacionais e em eventos de sensibilização regionais/globais
 - Apoiar o grupo de trabalho de Advocacia na monitoria da oposição
- Apoiar a construção de movimentos transversais, destacando pessoas que vivem com HIV e os direitos da população-chave como questões feministas interseccionais dentro da igualdade de género, SSRD e espaços de direitos das mulheres, e apresentando uma análise e abordagem transformadora de género/feminista dentro dos espaços de HIV (por exemplo, apoiando a Zona de Rede de Mulheres nas Conferências Internacionais da SIDA); garantindo a visibilidade, representação e liderança de mulheres que vivem com o HIV e população-chave em espaços de género e SSRD, como CSW(CEM) e Women Deliver 2023).

Análise do género e da diversidade

As análises do género e da diversidade podem centrar-se nas seguintes áreas:

● Contexto social e legal relacionado com o poder de género:

- ☐ Quem tem poder? Quem não tem?
- ☐ Quem está mais em risco de violência baseada no género (VBG)?
- ☐ O ambiente legal e político criminaliza a população ou restringe a tomada de decisões e o acesso à justiça?

● Dados sobre a população específica:

- ☐ Temos dados sobre esta população específica - por exemplo, mulheres trans que vivem com HIV?
- ☐ Mulheres trabalhadoras de sexo que injectam drogas?
- ☐ O quê é que os dados nos dizem?

● Normas e estereótipos sociais e de género nocivos (incluindo a prevalência de violência baseada no género):

- ☐ Quais são as expectativas, papéis e responsabilidades de género das raparigas/mulheres e dos homens/rapazes?
- ☐ As noções de sexo e género são rígidas/binárias ou fluidas e abrangem todos os géneros?
- ☐ O quê é que acontece se as pessoas se desviarem destas normas e expectativas culturais? As relações entre pessoas do mesmo sexo são criminalizadas?
- ☐ Existe uma lei contra a estupro conjugal?
- ☐ Em que medida é normalizada a discriminação de género, incluindo a violência contra mulheres e raparigas, e as comunidades com diversidade de género?
- ☐ A mutilação genital feminina/corte (MGF/C) é legal e/ou amplamente praticada?
- ☐ Qual é a idade legal para o casamento?

● Barreiras de género aos serviços:

- ☐ As raparigas/mulheres, rapazes/homens, jovens e adultos com diversidade de género têm acesso aos serviços amigáveis, informados, acessíveis e de boa qualidade?
- ☐ Estes serviços fazem parte dos serviços gerais ou são prestados por OCBs e ONGs?
- ☐ O quê é que impede o acesso aos serviços de SSRD para essas populações e organizações?

● Visibilidade, participação e liderança entre a população específica:

- ☐ Qual é a população que tem maior visibilidade, participação e liderança nos espaços de decisão que afectam as suas vidas?
- ☐ Qual é a capacidade das redes e organizações lideradas por mulheres, jovens ou população-chave?
- ☐ É seguro para os indivíduos de comunidades específicas serem vistos e ouvidos, e representarem-se a si próprios e às suas comunidades?

● Questões interseccionais:

- ☐ Como é que a idade, a sexualidade, a localização, a raça/etnia, a pobreza e a deficiência interagem com o género?
- ☐ Como é que esta interacção afecta os diferentes níveis de estigma, discriminação ou marginalização vividos pelas comunidades?

Fontes de dados úteis:

- [Avaliações de género do HIV da ONUSIDA](#)
- Fichas informativas dos países da ONUSIDA
- [Análises GIPP](#) do Desenvolvimento Social Directo (Género, Inclusão, Poder e Política)
- [Relatórios do Índice de Estigma](#)
- Consultas comunitárias/pesquisa liderada pela comunidade
- Conhecimento da comunidade
- Dados do programa (por exemplo, DREAMS)

Indicadores-chave da Love Alliance

- M1.1 Os movimentos da população-chave têm uma liderança diversificada, incluindo líderes da próxima geração.
- M3.1 Reduzir a discriminação de género, desafiar normas de género nocivas e violência contra mulheres, pessoas trans e intersexuais e jovens em toda a sua diversidade.
- M4.2 Pessoas LGBTQ+, trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e PUD defendem leis e políticas inclusivas (igualdade de género e população-chave).

3. Construção de evidências, identificação e aumento das boas práticas

Documentar a necessidade e a utilização bem-sucedida de abordagens transformadoras de género e de um engajamento e participação significativos dos jovens em toda a Love Alliance. Desenvolver capacidades em estratégias eficazes de comunicação e geração de informação. Fá-lo-emos através de: documentação de boas práticas e aprendizagem, M&A, relatórios, áreas específicas de recolha de evidências e consulta.

As acções prioritárias incluem:

- Documentar a implementação do Roteiro de GJI através do desenvolvimento e implementação do cartão de pontuação de GJI (com o apoio do grupo de trabalho PMAA/PMEL)
- Trabalhar com o grupo de trabalho das Comunicações para apoiar a defesa, a construção de movimentos e a mobilização de recursos através de:
 - partilha de histórias de sucesso e estudos de caso,
 - elaboração de mensagens claras, concisas e acessíveis de advocacia e campanha, e amplificação da aprendizagem através das redes sociais, eventos e publicações
- Trabalhar com o grupo de trabalho de PMAA/PMEL para garantir que os relatórios anuais, a revisão intermédia e as avaliações finais incluam uma lente de GJI, através de:
 - a articulação de questões críticas de aprendizagem
 - incorporação do cartão de pontuação de GJI nas avaliações do programa da Love Alliance
 - garantia do engajamento de jovens na sua diversidade e da população-chave nos processos de PMAA/PMEL
- consultar os parceiros e beneficiários da Love Alliance para informar a priorização e a definição da agenda.

Indicadores-chave da Love Alliance

- L1 As pessoas LGBTQI+, trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e PUD usam efectivamente os mecanismos de responsabilização em relação à SSRD.
- L3.2 Financiamento adequado é alocado para a resposta ao HIV e apoia as comunidades.



Esta secção analisa mais pormenorizadamente cada uma das três áreas críticas do roteiro. Inclui também as mensagens-chave de advocacia, as actividades prioritárias, os veículos e os momentos para alcançar os objectivos de cada área, bem como exemplos de boas práticas ou de conhecimentos especializados dos parceiros do grupo de trabalho de GJI, e recursos-chave.

Princípios orientadores de Género, Juventude e Inclusão na Love Alliance

- No mínimo, todo o nosso trabalho é sensível ao género (sensível, empoderador ou transformador)
- Promovemos a liderança dos jovens na sua diversidade
- Partilhamos o poder e desafiamos as estruturas de poder desiguais dentro e fora das nossas próprias organizações
- O nosso trabalho utiliza uma perspectiva de vulnerabilidades interseccionais
- Trabalhamos de forma colaborativa entre organizações, redes, regiões e espaços para remover silos e construir movimento
- Não dependeremos do voluntarismo, especialmente dos jovens: Os jovens representados nas estruturas de governação da Love Alliance serão compensados de forma justa pelo trabalho que fazem.



1ª Área crítica: Abordagem Transformadora de Género (GTA): Incorporar uma abordagem transformadora de género nos parceiros da Love Alliance.



2ª Área crítica : Engajamento Significativo dos Jovens (MYE): Assegurar o engajamento ético e significativo dos jovens como um compromisso transversal.



3ª Área crítica: Combater o Movimento Anti-género (CAGM): Compreender o impacto e combater a oposição sob a forma de forças restritivas ou anti-género.

1.ª Área Crítica: Incorporar uma abordagem transformadora de género nos parceiros da Love Alliance



Objectivos

No âmbito desta Área Crítica, o roteiro de GJI ajudará os parceiros da Love Alliance a:

- Assegurar a integração do género em toda a parceria da Love Alliance para abordar as interseccionalidades que levam a um fardo exacerbado de estigmatização/discriminação (por exemplo, mulheres que usam drogas).
- Apoiar a advocacia transformadora de género a nível global para o acesso equitativo a serviços de HIV e SSRD inclusivos, centrados nas pessoas e abrangentes.

A Love Alliance esforça-se em integrar o género à todos os níveis da parceria e em todas as fases do ciclo de programação, aplicando abordagens transformadoras de género que sejam inclusivas e utilizam uma perspectiva interseccional.

A justiça de género é um conceito que transcende a simples igualdade. É a noção de que todos os serviços, oportunidades e estabelecimentos estão abertos à todas as pessoas e que os estereótipos masculinos e femininos não definem os papéis e as expectativas da sociedade.

Num sistema patriarcal, o género é definido em termos binários, e as dinâmicas de poder entre os géneros são, em grande medida, definidas em termos de relações sociais entre homens e mulheres. No entanto, é importante olhar para além do binário e não apagar as identidades que não estão em conformidade com as noções tradicionais de masculinidade ou feminilidade no âmbito da comunidade LGBTQI+ e, em especial, no âmbito da comunidade transgénero.

As normas de género nocivas e a desigualdade de género afectam todos e o esforço para as combater - bem como a violência sexual baseada no género em todas as suas formas - é uma luta partilhada em que as comunidades da Love Alliance unem esforços. Reconhecemos que diferentes grupos sofrem diferentes tipos e níveis de opressão com base numa série de factores, incluindo o género, idade e orientação sexual. Mais do que centrar-se no que nos torna diferentes, a Love Alliance procura unificar a voz de pessoas que usam drogas, pessoas LGBTQI+, trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e jovens na sua diversidade em acção para transformar lutas comuns, construir solidariedade entre movimentos e abordar a marginalização em todas as suas formas.

O quê é que queremos dizer com uma abordagem transformadora do género?

A abordagem transformadora do género (GTA) é aquela que reconhece o género como um sistema prescrito de normas, papéis e relações que nos afecta a todos: homens e rapazes, mulheres e raparigas e indivíduos não-conformes ao género. As mulheres, as raparigas e as pessoas não-conformes ao género, em particular, podem ser negativamente afectadas pelas normas patriarcais e pelas desigualdades de poder de género que privilegiam homens cisgéneros, a condição de ser branco e a heterossexualidade. Isto acontece especialmente quando os papéis de género ou as expectativas de género se cruzam com outros aspectos de identidade, tais como a idade, a deficiência, a raça e a etnia, a identidade e a expressão de género e a sexualidade.

Compreender o poder

No centro da implementação de uma abordagem transformadora do género está uma compreensão do poder do género à todos os níveis, a fim de desafiar e mudar as normas patriarcais, e uma intenção de expor e desafiar os desequilíbrios de poder, sejam eles baseados no género, na raça, na idade, na sexualidade ou na geografia. O mandato do grupo de trabalho de GJI consiste em examinar, de forma crítica, as relações de poder à nível individual/interpessoal, organizacional/institucional e social. O quadro analítico, ilustrado abaixo foi adaptado de [Género no Trabalho](#) pela Partnership to Inspire, Transform and Connect the HIV response (PITCH).¹

Ao utilizar este quadro , podemos examinar as relações de poder utilizando uma abordagem feminista e interseccional , em 5 domínios/dimensões:



1ª Dimensão: Analisar a forma como o poder é distribuído e detido nas nossas próprias organizações e parcerias



2ª Dimensão: Examinar o poder no domínio interpessoal informal. Isto significa explorar os nossos próprios preconceitos individuais (conscientes ou inconscientes), bem como a forma como esses preconceitos se manifestam nas nossas práticas e relacionamentos



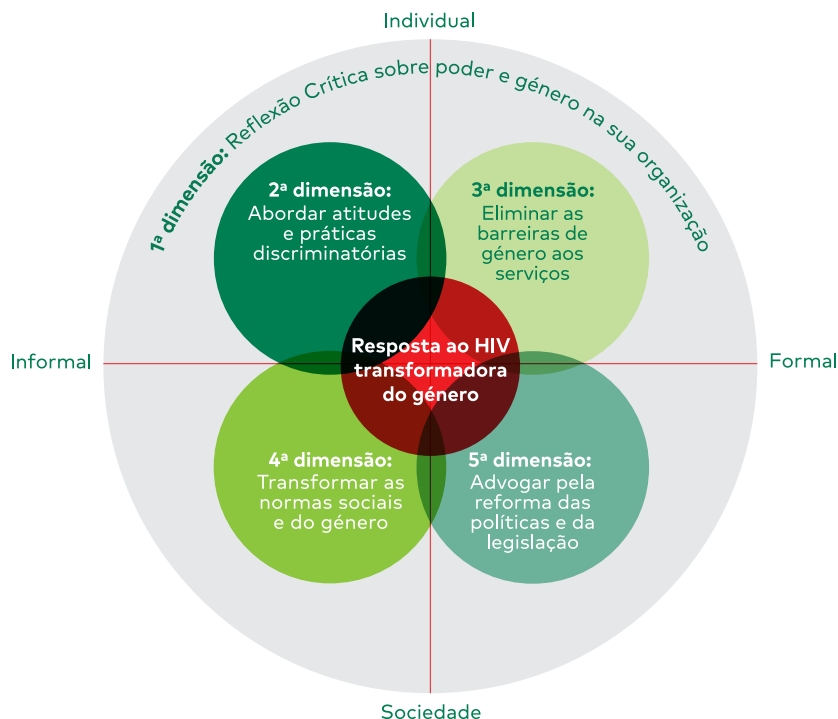
3ª Dimensão: Analisar a forma como a discriminação em razão do género e da idade cria barreiras ao acesso a recursos públicos e privados, como os cuidados de saúde, a educação e outros bens e recursos



4ª Dimensão: Explorar as construções sociais em torno do género, da sexualidade, da idade e da raça (entre outras) para compreender como o poder é corroído através da adesão e da não adesão à normas sociais e de género que se expressam em práticas e crenças culturais e tradicionais



5ª Dimensão: Analisar e desafiar a codificação formal da desigualdade através de leis, políticas, alocação de recursos e sistemas (por exemplo, o sistema judicial)



Cinco dimensões de uma resposta ao HIV transformadora do género. De: Frontline AIDS, "O que é preciso para conseguir uma resposta ao HIV que transforme o género (www.frontlineaids.org/wp-content/uploads/2020/10/Pitch-Gender-Guide-FINAL.pdf)

Este quadro pode ser utilizado pelos parceiros da Love Alliance como um instrumento de orientação para a análise contextual, planificação, implementação e medição da mudança em cada uma das cinco dimensões. Embora muitas vezes não seja viável que uma organização ou entidade trabalhe em todas as cinco dimensões, enquanto Aliança, procuramos estar a mudar o poder dentro de cada uma delas. Ao planificarmos e reflectirmos criticamente sobre o nosso trabalho, é útil mapear as nossas actividades em relação à estas cinco áreas, identificar lacunas ou procurar alcançar os próximos horizontes.

Como é que fazemos isso?

A capacidade de resposta contínua às questões de género pode ajudar a situar as intervenções num espectro que vai desde a cegueira em relação ao género até à consciência e aos diferentes graus de capacidade de resposta que conduzem aos resultados mais ou menos equitativos. Estão disponíveis várias ferramentas para apoiar esta análise (vide quadro de recursos, abaixo). Os factores comuns incluídos numa abordagem transformadora do género incluem:

- aplicar a reflexão crítica para examinar a forma como detemos e distribuímos o poder à nível individual e organizacional (olhando para nós próprios e para as nossas organizações e parcerias);
- Analisar o poder de género - analisando as normas e expectativas sociais e de género e as estruturas que as mantêm - em diferentes dimensões da matriz de poder do género acima;
- analisar a forma como o género se cruza com outros factores de vulnerabilidade e/ou marginalização;
- utilizar uma abordagem participativa e baseando as intervenções nas realidades vividas, necessidades e prioridades das comunidades afectadas;

- Capacitar mulheres, raparigas e indivíduos não-binários/trans na sua diversidade, apoiando e reconhecendo a sua liderança;
- engajar homens e rapazes na sua diversidade através de adopção de abordagens de toda a comunidade para mudar as normas de género nocivas assegurando ao mesmo tempo a responsabilização perante as mulheres, raparigas e comunidades diversas de género não-binário/trans;
- promover uma agenda abrangente de SSRD, incluindo a prevenção e a abordagem de VSBG em todas as suas formas, e promover uma educação sexual abrangente;
- Abordar a escassez crónica de financiamento para organizações e redes lideradas por mulheres, jovens e LGBTIQ+, desenvolvendo e aplicando princípios de financiamento feministas.

Num programa que seja:	
Sem distinção de género	Intencionalmente ou não, não reconhecemos o papel do género. Não causamos necessariamente danos, mas podemos apoiar directa ou indirectamente o status quo.
Exploração do género	Tiramos partido das normas sociais ou de género rígidas e dos desequilíbrios de poder existentes. Isto causa danos.
Sensível ao género	O nosso objectivo é satisfazer as necessidades práticas e as vulnerabilidades dos diferentes géneros no âmbito do processo. Isto pode implicar consultas e uma abordagem inclusiva para garantir que a voz de todos seja ouvida.
Estratégica/empoderamento do género	Abordamos explicitamente questões estratégicas de género. Capacitamos indivíduos para fazerem escolhas activas e criamos acesso à informação, sensibilização para os direitos e vias de responsabilização.
Transformação do género	Abordamos estruturas de poder mais amplas que sustentam a desigualdade de género, muitas vezes através de acções colectivas, lideradas pela comunidade e influenciando o ambiente propício.

➤ Da: Guia de boas práticas da Frontline AIDS sobre a abordagem transformadora do género para a programação e a sensibilização para o HIV - adaptado de STAR Ghana/ SDD.

Embora um programa sensível ao género vise, em última análise, garantir resultados equitativos em termos de acesso aos serviços e recursos; uma abordagem transformadora de género vai mais longe. O seu objectivo é desenraizar e erradicar estruturas sociais e jurídicas que criam barreiras de género aos serviços e recursos em primeira instância.

Os resultados esperados ou desejados de um programa de transformação do género, que podem ser utilizados como referência para orientar a planificação, monitoria e avaliação dos programas, podem incluir (entre outros):²

- Alterações na divisão do trabalho em função do género, e redução da carga de trabalho das mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género.
- Maior acesso e controlo sobre os recursos para as mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género em comparação com os homens (incluindo maior mobilidade).
- Maior acesso e controlo sobre os benefícios das actividades do próprio projecto/ programa (incluindo maior mobilidade) para mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género.
- Maior influência na tomada de decisões ao nível do agregado familiar, da comunidade e da sociedade para mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género (em comparação com os homens).
- Aumento da capacidade organizacional das mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género, e representação dos interesses das mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género em organizações lideradas por estes grupos e em organizações mistas.
- Aumento da auto-estima das mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género e mudanças positivas nas percepções sociais das mulheres, raparigas e pessoas não conformes com o género.
- Diminuição da violência contra mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género (incluindo a mobilidade segura).
- Aumento da autodeterminação das mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género sobre o seu bem-estar, corpo, reprodução e sexualidade.

Ademais, uma abordagem transformadora do género estará em sintonia com - e procurará abordar - os diferentes efeitos da desigualdade de género para mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género com identidades que se cruzam: por exemplo, mães que consomem drogas ou mulheres transexuais que fazem trabalho de sexo. Isto pode exigir que as abordagens sejam adaptadas para garantir que os resultados desejados sejam alcançados por grupos que sofrem camadas múltiplas e sobrepostas de discriminação, marginalização e violência.

A linguagem é importante

A Love Alliance compreende o poder da linguagem e utiliza uma linguagem e abordagens trans*-inclusivas. Incluiremos organizações (de jovens) lideradas por pessoas trans* nas nossas subvenções e no reforço das capacidades, tendo em conta as disparidades.

A **UHA** EASHRI (www.uhai-eashri.org) tem um historial de 13 anos e uma experiência considerável no que diz respeito ao apoio à organização e à criação de movimentos com pessoas LGBTQ+ e trabalhadores ou trabalhadoras de sexo nas suas diversidades. Como um fundo de aprendizagem, estamos interessados num maior impacto em todas as idades e continuamos abertos a aprender mais. A UHA continua a aplicar uma abordagem transformadora de género no seu trabalho. Neste novo plano estratégico, liderado e informado pelos nossos movimentos e em consonância

com a nossa política em torno de escuta e de aprendizagem activa, estamos a evoluir deliberadamente a nossa linguagem na definição de pessoas que se identificam com identidades para além dos binários de género (masculino-feminino):

O termo *não-conformidade de género* é frequentemente utilizado para descrever uma série de identidades transgénero, bem como pessoas com orientações sexuais diversas. No entanto, isto denota uma normalização do sistema de género binário (masculino-feminino) e, ao descrever as pessoas que existem para além deste binário, apenas funciona para as ostracizar e alienar ainda mais. A "conformação" no termo "não-conformidade de género", tal como originalmente utilizado, fala de uma norma que tem de ser subscrita e aspirada para que alguém seja considerado normal e aceite e, nesse sentido, afirma o normal à custa das pessoas não-binárias, indo contra os nossos princípios de autodeterminação.

Por isso, a UHAi está a adoptar o termo *trans diverso* reconhecendo a heterogeneidade das identidades trans para além das perspectivas binárias (homens trans - mulheres trans). Mesmo assim, na nossa insistência em continuar a definir género, reconhecemos que género não foi um termo desenvolvido tendo em mente as nossas comunidades, e que foi e continua a ser usado como arma para sustentar a exclusão e o estigma das nossas comunidades.



Mensagens-chave de sensibilização sobre o GTA

Porque é que a abordagem da desigualdade de género é importante no contexto do HIV e de SSRD

1. As raparigas adolescentes e mulheres jovens, mulheres da população-chave e pessoas LGBTIQ+ continuam a ser desproporcionadamente afectadas pelo HIV.
2. A desigualdade entre os géneros e as normas e práticas nocivas aos géneros constituem um obstáculo à concretização da saúde sexual e reprodutiva e direitos, incluindo a prevenção, tratamento e cuidados relativos ao HIV.
3. A violência sexual e baseada no género aumenta a probabilidade de contrair o HIV em até 50% e impede o acesso aos serviços de prevenção, tratamento e cuidados contra o HIV e outros serviços de SSRD. Uma em cada três mulheres é vítima de violência baseada no género por parte de um parceiro/cônjuge ou de um parceiro não sexual durante a sua vida, e este número pode ser ainda mais elevado no caso de mulheres que consomem drogas, trabalhadoras de sexo, lésbicas, bissexuais ou transexuais.
4. 4. A Estratégia Global de Luta contra a SIDA compromete-se a reduzir para menos de 10%, até 2025, o número de mulheres, raparigas e pessoas de população-chave vítimas de discriminação ou violência baseada no género. Este é um dos três novos objectivos de "facilitadores sociais" que se centram na abordagem das barreiras de género e dos direitos humanos à prevenção, tratamento e cuidados do HIV.



Principais considerações

5. As comunidades LGBTQ+, trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e pessoas que usam drogas são marginalizados na Declaração Política sobre o HIV de 2021, que não reconhece o impacto do HIV em gays e outros homens que fazem sexo com homens, mulheres transgénero, trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e pessoas que usam drogas, nem a sua contribuição para a resposta ao HIV.

A maioria dos programas de "género" no âmbito da resposta ao HIV continua a trabalhar num binário de género que pode ser resumido como "Os homens e os rapazes controlam os corpos das mulheres e das raparigas". Embora possa haver dados que apoiem esta ideia, precisamos de uma compreensão mais matizada e fluida do género, da interseccionalidade e dos direitos humanos, para podermos apoiar o trabalho dos indivíduos e das comunidades em todo o espectro do género.

6. O activismo feminista e a sociedade civil das mulheres são um factor crucial para prevenir e combater a violência de género e as normas de género nocivas. Há um número crescente de evidências que apoiam uma abordagem feminista, transformadora do género e interseccional para tratar estas questões; por exemplo, uma pesquisa da Population Council em 2013.³
7. É fundamental envolver os homens e os rapazes na sua diversidade como parceiros e aliados na programação e na sensibilização para a transformação do género. No entanto, é importante que os actores masculinos reconheçam as dinâmicas de poder que o seu engajamento implica, estejam dispostos e sejam capazes de reflectir criticamente sobre o seu próprio poder e privilégio. Os programas de envolvimento masculino devem ser responsáveis perante as mulheres, raparigas e comunidades de género diverso através de quadros e processos de governação e de PMAA/PMEL que tenham, pelo menos, uma representação igual e um engajamento significativo de mulheres, raparigas e comunidades de género diverso na sua diversidade.
8. As normas e instrumentos em matéria de direitos humanos relacionados com a igualdade entre os sexos e a SSRD - tais como o CEDAW, a ICPD e Beijing - estão integrados e decorrem da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1996) e do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966). A Plataforma de Acção de Beijing estabelece o plano mais abrangente para os direitos das mulheres e a igualdade entre os sexos. No entanto, mais de 25 anos depois de Beijing, a desigualdade de género, incluindo a VSBG, continua a afectar mulheres, raparigas e pessoas não-conformes com o género na sua diversidade, em todos os países do mundo.



O que nós queremos/precisamos

9. Precisamos de uma educação sexual abrangente que inclua um enfoque no género, na sexualidade e no poder, a ser ministrada dentro e fora da escola. Os jovens devem ter o conhecimento e a capacidade de decidir se, quando, com quem e como ter relações sexuais, casar e ter filhos, em segurança. A CSE que inclui estes elementos demonstrou ser mais eficaz na redução do HIV e de outras infeções de transmissão sexual do que as que não o fazem.⁴
10. Precisamos de financiamento de base a longo prazo para as organizações de defesa dos direitos das mulheres, das raparigas e de pessoas LGBTQI+, a fim de apoiar uma liderança comunitária eficaz e uma sociedade civil forte e responsável. As organizações lideradas por mulheres, população-chave e outras organizações que servem a comunidade são notoriamente subfinanciadas, sendo o financiamento mais frequentemente baseado em projectos. As restrições impostas pelos doadores tornam muito difícil que as organizações de base mais pequenas sejam elegíveis para financiamento, ao passo que os custos administrativos associados ao registo como entidade legal e à gestão/prestação de contas das subvenções podem levar as organizações lideradas pela comunidade à uma situação de penúria.

A aplicação de princípios feministas na concessão de subvenções, incluindo a flexibilidade, o financiamento de base, o financiamento baseado em fundos fiduciários e os mecanismos de financiamento participativo, com encargos de comunicação geríveis, permite que as redes e organizações mais pequenas defendam os direitos humanos e as abordagens transformadoras do género.⁵

Principais veículos

- Formação em Género / GTA, através dos centros de aprendizagem da Love Alliance
- Colaboração com / apoio a outros grupos de trabalho sobre GTA
- Auditoria/avaliação de género e análise da situação
- Critérios e princípios feministas de concessão de subvenções
- Documentação de histórias de sucesso e estratégias (por exemplo, sobre: concessão de subvenções feministas, utilização/ desenvolvimento de linguagem inclusiva de género) em colaboração com grupos de trabalho de comunicação e concessão de subvenções

Principais oportunidades de advocacia

- CSW (annual)
- Relatório de CEDAW
- Women Deliver 2023
- Global Fund NFM windows in 2023
- 16 dias de activismo contra a violência baseada no género
- Dias internacionais: dia internacional da mulher; IDAHOBIT; dia internacional da criança rapariga; dia dos direitos dos trabalhadores ou trabalhadoras de sexo, etc.



Exemplos de boas práticas dos parceiros da Love Alliance

A **GALZ** (galz.org) desenvolveu uma política de género, equidade, diversidade e inclusão (GEDI) que aborda a integração e a inclusão do género. A organização ainda está a tentar implementar plenamente a política para garantir que haja uma programação sensível ao género e inclusiva para os jovens dentro da organização.

A **GALZ** trabalha no sentido de sensibilizar e informar os intervenientes sobre a SOGIESC através de acções de formação em matéria de desenvolvimento de capacidades. As formações SOGIESC incluem o desafio às normas nocivas, a violência baseada no género e a promoção da autonomia corporal. A sensibilização dos intervenientes é efectuada através de:

1. Envolvimento dos media
2. Formações com diferentes partes interessadas, tais como líderes religiosos, decisores políticos e legisladores
3. Documentação das violações dos direitos humanos para o relatório anual de violações da GALZ, que é utilizado para acções de sensibilização.

A UHAÍ: entidade que concede subvenções, África Oriental. Concentra-se em 7 países: Quénia, Uganda, Tanzânia, Ruanda, Burundi, Etiópia, RDC

(www.uhai-eashri.org). Criada em 2008 com o objectivo de conceder subvenções interseccionais para apoiar as pessoas LGBTQ+ e trabalhadores ou trabalhadoras de sexo na sua diversidade, a UHAÍ identifica-se como uma entidade feminista que concede subvenções. A maioria dos funcionários da UHAÍ são activistas e provêm da população-alvo. O modelo de concessão de subvenções da UHAÍ baseia-se em princípios feministas e utiliza uma abordagem participativa. O seu comité de subvenções de pares (PGC) reúne-se uma vez por ano para chegar a acordo sobre subvenções de apoio geral plurianuais que proporcionam maior flexibilidade (tendo-se afastado das subvenções específicas para projectos durante a COVID).

Os pedidos de financiamento mais pequenos, estratégicos e de oportunidade a curto prazo - por exemplo, apoio para participar numa conferência para aumentar a representação/visibilidade da população-chave - são decididos pelo secretariado. A UHAÍ concede cerca de 140 subvenções, metade das quais são actualmente cobertas pela Love Alliance. A advocacia e a construção de movimentos são inerentes à concessão de subvenções da UHAÍ, que também está envolvida na advocacia e na criação de movimentos, bem como na convocação da população-chave e de partes interessadas relevantes no Quénia, Uganda e Burundi para a criação de movimentos.



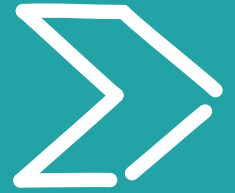
Recursos para a implementação de uma abordagem transformadora de género na programação e advocacia do HIV e de SSRD.

- Aidsfonds (2020) The Big Picture [The Big Picture | Aidsfonds.org](https://aidsfonds.org/the-big-picture/)
- Frontline AIDS (2021) [Abordagens Transformadoras de Género ao HIV - Guia de Boas Práticas](#) [Abordagens transformadoras do género ao HIV - Guia de Boas Práticas](#) - Frontline AIDS : Frontline AIDS e Manual de Facilitadores [Abordagens transformadoras de género para a programação do HIV - Manual de Facilitadores](#) - Frontline AIDS: Frontline AIDS
- Rutgers (2019) Ferramenta para uma Abordagem Transformadora do Género [Módulo 1 de Ferramentas da Abordagem Transformadora de Género - Rutgers](#). O Conjunto de Ferramentas compreende cinco módulos, que exploram os componentes inter-relacionados de GTA e o modelo sócioecológico; educação sexual abrangente; serviços favoráveis aos jovens; advocacia; e GTA a nível organizacional/institucional.

Referências

1. Frontline AIDS [O que é necessário para alcançar uma resposta ao HIV que transforme as questões do género?](#)
2. Adaptado da Aidsfonds (2020) [The Big Picture](#)
3. Weldon, SL, e Htun, M (2013) 'Mobilização feminista e mudança progressiva de políticas: por que razão os governos tomam medidas para combater a violência contra as mulheres', Género e Desenvolvimento, 21 (2), 231-247.
4. Haberland, N. (2015) 'A necessidade de abordar o género e o poder na educação para a sexualidade e o HIV: uma análise abrangente dos estudos de avaliação', Int Perspect Sex Reprod Health, 41 (1) :31-42.
5. Consultar para referência:
 - <https://aidsfonds.org/news/new-study-funding-for-key-populations-affected-by-hiv-and-aids-way-off-track>
 - <https://www.mamacash.org/resources/report-moving-more-money-to-the-drivers-of-change/>
 - <https://www.mamacash.org/en/report-vibrant-yet-under-resourced>
 - <https://youngfeministfund.org/a-look-into-fridas-participatory-grantmaking-model-resourcing-connections-reflections-on-feminist-participatory-grantmaking-practice/>

2.ª Área Crítica: Assegurar o engajamento ético e significativo dos jovens no trabalho da Love Alliance como um compromisso transversal



Objectivos

No âmbito desta Área Crítica, o roteiro da GJI irá apoiar os parceiros da Love Alliance a:

- Promover e ser modelos de liderança e envolvimento dos jovens; abordar e desafiar a não inclusão dos jovens em espaços onde qualquer tomada de decisão sobre eles acontece;
- Garantir a participação significativa de diversos jovens em todos os níveis da parceria.

O quê é que queremos dizer com engajamento ético e significativo dos jovens?

O engajamento ético e significativo dos jovens no contexto de HIV baseia-se no princípio de um maior envolvimento das pessoas que vivem com HIV e SIDA (GIPA) definido pela ONUSIDA na Cimeira de Paris sobre SIDA de 1994. O princípio GIPA reconhece o direito das pessoas que vivem com HIV e SIDA de se envolverem em todas as tomadas de decisão que afectam as suas vidas e, como tal, são partes interessadas fundamentais na definição da resposta global ao SIDA: "Nada sobre nós sem nós".

À medida que a resposta global ao SIDA foi evoluindo, o GIPA foi sendo definido e aperfeiçoado - pelas comunidades de pessoas que vivem com o HIV e que são afectadas por ele - para garantir que o envolvimento seja significativo, ético, baseado em direitos, que abranja pessoas que vivem com o HIV em toda a sua diversidade, que seja sensível ao género e que seja interseccional com as identidades marginalizadas que se sobrepõem. Tem sido o alicerce dos esforços de engajamento da comunidade e de advocacia, como o quadro Saúde Positiva, Dignidade e Prevenção e o Índice de Estigma.

O envolvimento dos jovens na resposta ao HIV continuou a ser marginalizado até há relativamente pouco tempo, apesar do impacto desproporcionado do HIV nos jovens e, em particular, nas raparigas adolescentes e mulheres jovens (especialmente na África Subsaariana), devido à intersecção da discriminação de género e idade.

Apesar disso, os jovens - especialmente as mulheres jovens e os jovens de comunidades marginalizadas - têm estado largamente ausentes dos espaços de tomada de decisões e, muitas vezes, quando estão presentes, é de uma forma simbólica, por exemplo, para partilhar um 'testemunho' ou marcar presença. Os jovens são frequentemente convidados para os espaços de tomada de decisões à última hora e podem não ter participado nas consultas que antecederam o evento. Podem ter menos recursos pessoais a que recorrer, e a sua própria participação em espaços de advocacia pode causar-lhes danos ou colocá-los em risco físico, emocional e financeiro.

A Y+ Global desenvolveu um conjunto de ferramentas baseado nas preocupações prioritárias dos jovens que vivem com HIV e que trabalham como activistas, defensores, investigadores, estagiários e pessoal. O conjunto de ferramentas baseia-se na implementação de 7 prioridades identificadas:

1. Manter a segurança dos jovens
2. Valorizar a contribuição dos jovens
3. Assegurar a representação diversificada dos jovens
4. Prestar apoio
5. Criar parcerias positivas entre jovens e adultos
6. Investir na sustentabilidade das organizações lideradas por jovens
7. Promover uma maior responsabilização perante os jovens

Para garantir que as organizações lideradas por pessoas que usam drogas, LGBTQ+ e trabalhadores ou trabalhadoras de sexo se tornem mais inclusivas em relação aos jovens, e para garantir que o engajamento dos jovens nos processos de elaboração de políticas e na tomada de decisões aumente, a Love Alliance faz parcerias com redes lideradas por jovens de pessoas que vivem com HIV, como a Y+ Global, para que os seus jovens defensores unam forças e orientem os defensores (jovens) de organizações e movimentos liderados por pessoas que usam drogas, LGBTQ+ e trabalhadores ou trabalhadoras de sexo, e para estimular a construção de movimentos de jovens inclusivos e intercomunitários.

A categoria de "jovens" inclui diferentes categorias de idade. Embora todos os parceiros da aliança trabalhem com jovens com 18 anos ou mais, ao trabalhar com jovens com menos de 18 anos temos de ser cautelosos. As leis e os regulamentos que impedem a inclusão de jovens ou a prestação de serviços à jovens; e a probabilidade de reacções adversas (acusações de aliciamento de jovens para a venda de sexo ou de os incitar a "tornarem-se homossexuais" ou a consumir drogas) tornam o trabalho com menores arriscado, se não impossível, na maioria dos contextos, especialmente para as organizações LGBTQ+, de pessoas que usam drogas e de trabalhadores ou trabalhadoras de sexo. Incluiremos os menores no nosso trabalho sempre que for relevante e possível, por exemplo, trabalhando directamente com organizações lideradas por jovens e trabalhando com outras parcerias de SSRD centradas na juventude.



Mensagens-chave de advocacia sobre MYE

Porquê é que isto importa

1. No entanto, os jovens - especialmente as raparigas adolescentes e as mulheres jovens, os jovens LGBTQ+, os jovens usuários de drogas e os jovens trabalhadores ou trabalhadoras de sexo - são sistematicamente excluídos dos espaços de tomada de decisão onde são tomadas as decisões sobre a sua vida. Esta situação deve mudar
2. As raparigas adolescentes e mulheres jovens são desproporcionadamente afectadas pelo HIV. Em 2020, 6 em cada 7 jovens com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos que contraíram recentemente o HIV na África Subsaariana eram raparigas.⁶
3. Os jovens não têm o conhecimento e a capacidade de se protegerem do HIV ou de viverem bem com o vírus. O conhecimento exacto da prevenção do HIV entre os jovens é inaceitavelmente baixo: apenas um em cada três.⁷ Como resultado, os jovens continuam a correr o risco de contrair o HIV. Em 2019, 2 em cada 7 pessoas que contraíram o HIV a nível global eram jovens entre os 15 e 24 anos.⁸ Ademais, a mortalidade relacionada com o HIV é mais elevada entre os jovens do que noutros grupos. Precisamos de mais informações sobre a prevenção, tratamento (incluindo I=I) e os nossos direitos.

Considerações-chave

4. As organizações que envolvem os jovens têm o dever de salvaguardar os direitos dos jovens - incluindo o seu direito a serem ouvidos. A participação em programas políticos e de advocacia pode colocar os jovens em risco financeiro, emocional e físico.
5. As normas sociais e de género, as leis e políticas sobre a idade de consentimento e a falta de uma educação sexual abrangente impedem que os adolescentes e a população jovem tenham acesso à nossa saúde sexual e reprodutiva e direitos, incluindo a prevenção, o tratamento e os cuidados do HIV.



O que nós queremos/precisamos

6. Queremos um investimento sustentado em organizações dirigidas e servidas por jovens para reforçar as capacidades dos jovens na sua diversidade em matéria de defesa, liderança e orientação e para assegurar o seu engajamento ético e significativo.
7. Envolvam-nos. Nós temos a experiência de vida, o conhecimento e a perspicácia para saber o que eles precisam e para impulsionar a mudança. O nosso envolvimento é crucial para fazer avançar SSRD, reduzir as taxas de transmissão do HIV, melhorar a qualidade de vida e o acesso aos serviços de SSR, incluindo o tratamento do HIV para jovens que vivem com o HIV, com modelos de cuidados informados pelos seus valores e preferências.
8. Queremos ter acesso a programas de educação sexual abrangente de alta qualidade, sensíveis ao género e adequados à idade, tanto na escola como fora dela, para se protegerem do HIV e alcançarem SSRD.
9. Os jovens são diversos. Um único tamanho não serve para todos nós. Queremos programas adaptados que falem à nossa diversidade e que nos vejamos representados em toda a nossa diversidade.
10. Nós Importamos, Valorizem-nos! é um conjunto de ferramentas concebido por e para os jovens...Utilize-o.

Principais veículos

- Capacitação sobre MYP através dos centros de aprendizagem
- Colaboração com/apoio a outros grupos de trabalho sobre MYE
- Kit de ferramentas Y+ Global Nós Importamos, Valorizem-nos
- Programa Jovens Líderes Emergentes (YEL)
- Documento informativo da Y+ Global e da HJWW sobre os jovens e a descriminalização do HIV
- Liderança e mentoria de jovens
- Jovens nas estruturas de governação das LA
- Concessão de subvenções com e para organizações lideradas e servidas por jovens

Principais oportunidades

- ICASA 2023, 2025
- AIDS 2024
- Dias internacionais: a ser definido
- Trabalhar com o grupo de trabalho PMAA/PMEL para implementar o cartão de pontuação "Nós Importamos, Valorizem-nos!" entre os parceiros e beneficiários da LA



Exemplos de boas práticas da Love Alliance

A **GNP+** (www.gnpplus.net) está a criar o programa Jovens Líderes Emergentes (YEL) com a Y+ Global. O YEL vai identificar e formar um grupo de elite de jovens defensores globais. Tencionamos equipar este grupo com a confiança e competências necessárias para dar voz às necessidades dos jovens em plataformas globais.

A **+ Global** (www.gnpplus.net) é uma organização dirigida por jovens e ao serviço dos jovens que incluiu a diversidade em todos os aspectos do trabalho e nos documentos e políticas organizacionais. Incluimos os jovens na diversidade, mesmo à nível do pessoal. A **Y+ Global** apoia a representação da diversidade de género em comités nacionais, incluindo processos de Fundo Global e MCP. Os nossos programas são dirigidos internamente com base nos princípios de inclusão da diversidade, que tem em conta o género à todos os níveis da gestão e da implementação do programa.

Durante a 24.^a Conferência Internacional sobre o SIDA, realizada em Montreal em 2022, a Y+ Global organizou centros virtuais para apoiar a participação na conferência de jovens na sua diversidade que não puderam participar na conferência presencialmente.

Embora a natureza híbrida presencial e virtual/online da conferência tenha alargado o potencial de participação de grupos marginalizados na conferência, os centros virtuais criaram uma ponte entre a participação presencial e online, reunindo os jovens na sua diversidade e proporcionando oportunidades para a construção de relações, debates e aprendizagem partilhada entre os jovens que participaram virtualmente na conferência.

A Y+ Global desenvolveu um guião prático para criar e tirar o máximo partido dos centros virtuais, que pode ser consultado aqui: [https://yplusglobal.org/docs/resources/AIDS-2022-Virtual-Hub-English%20\(web\).pdf](https://yplusglobal.org/docs/resources/AIDS-2022-Virtual-Hub-English%20(web).pdf)



Recursos para garantir um envolvimento ético e significativo dos jovens na sua diversidade

- Y+ Global (2022) Conjunto de ferramentas sobre o engajamento ético e significativo dos jovens [Y+ Global | Recursos – Nós Importamos, Valorizem-nos. \(yplusglobal.org\)](https://yplusglobal.org/)
- CHOICE e YOUACT (2017) A Flor da Participação <https://www.youthdoit.org/assets/Uploads/20171122-Flower-of-Participation-Narrative2.pdf>

Referências

6. <https://open.unaids.org/result-areas/young-people>
7. ONUSIDA 2021, Jovens e HIV https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/young-people-and-hiv_en.pdf
8. ONUSIDA 2021, Jovens e HIV https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/young-people-and-hiv_en.pdf



3.ª Área Crítica: Combater o movimento anti-género



Objectivos

No âmbito desta Área Crítica , o roteiro de GJI apoiará os parceiros da Love Alliance a:

- Apoiar e fortalecer as pessoas que vivem com HIV e os movimentos de população-chave para trabalharem juntos para garantir um espaço cívico sem restrições.

O que é o movimento anti-género?

O movimento anti-género é um movimento internacional que se opõe ao que designa por ideologia de género, teoria de género ou generismo (Kováts, Eszter, 2016).⁹ É um movimento descentralizado e bem financiado de forças conservadoras e religiosas, que opera à nível nacional e transnacional para lançar um ataque ao que designa por "ideologia de género" e para influenciar negativamente o discurso e a opinião pública, afastando-os dos direitos LGBTIQ+, dos direitos das mulheres, da educação sexual abrangente e de SSRD, entre outros.^{10, 11} O movimento procura afirmar o poder e (re)-estabelecer hierarquias sociais e políticas que considera terem sido corroídas pela liberalização das leis sobre (por exemplo) a igualdade no casamento, o aborto e os direitos das mulheres, entre outros.

O Centro de Política Externa Feminista (CFFP) realizou um estudo intitulado "O Poder sobre os Direitos: Compreender e combater o movimento transnacional anti-género", apoiado pelos governos Alemão e Finlandês. Na sua análise, o CFFP alude à forma como o movimento anti-género ganhou força nos últimos anos através da formação de alianças transnacionais e da mobilização do conservadorismo de base na protecção dos "três N": a natureza, a nação e a normalidade".

Isto é alcançado através da fusão do discurso sobre uma série de questões progressistas e de direitos humanos numa grande ameaça, a fim de formar alianças improváveis mas poderosas entre diversos actores. Em contraste, os defensores e actores dos direitos humanos e do género são menos bem financiados, tendem a trabalhar em silos e acreditam erradamente numa progressão com vista à garantia dos direitos. O retrocesso do direito ao aborto nos EUA e em partes da Europa é um exemplo da facilidade com que os direitos arduamente conquistados podem voltar a perder-se.

Uma afirmação de princípios feministas¹²

A (re)afirmação de princípios feministas por uma coligação de organizações e indivíduos feministas e activistas LGBTIQ+ constitui uma tentativa de construir solidariedade e acção colectiva através da reafirmação de posições feministas pró-género, sexo e sexualidade, numa carta aberta de adesão. Especificamente, estas organizações afirmam os princípios de:

1. Universalidade dos direitos humanos, a não discriminação e a ausência de violência
2. Autonomia corporal, integridade e direito à identidade
3. Não à tortura, aos maus tratos e aos abusos médicos
4. Direitos da Criança
5. Sexo, género e sexualidade são construções sociais
6. Interseccionalidade
7. Autodeterminação e libertação em e sobre todos os territórios, de todos os organismos, colectivos, instituições, sociedades, economia e ecologia
8. Desafiar estruturas de poder.

 *Ninguém de nós pode ser livre
até que todos sejam livres*



Maya Angelou

O movimento anti-género visa particularmente pessoas trans, com diversidade de género e intersexo (TGDI) a nível social, político e institucional, muitas vezes para obter ganhos políticos, capitalizando a ascensão de movimentos populistas ultraconservadores, nacionalistas, de direita e religiosos. (O movimento usa um vocabulário ofuscante de direitos humanos nas suas tentativas de *restringir ou negar* os direitos humanos de pessoas trans, com diversidade de género e intersexo, nomeadamente negando ou criando barreiras à sua reivindicação de autonomia e autodeterminação, despatologização, integridade mental e corporal, reconhecimento legal do género e cuidados de saúde de afirmação do género, consentimento informado, saneamento e liberdade contra a discriminação e a tortura.

A análise, incluindo a do GATE, sugere que os movimentos anti-género estão a aumentar o seu poder e alcance geográfico, e a ter mais êxito na repressão das conquistas duramente alcançadas pelas comunidades LGBTIQ+. Esta é uma área de trabalho em curso que engloba o reforço da capacidade dos movimentos TGDI para responderem de forma eficaz à oposição dos movimentos anti-género.¹³

Os princípios de Yogyakarta

Para além de uma série de instrumentos de direitos humanos centrados na igualdade de género, em particular através do empoderamento de mulheres e raparigas,¹⁴ os [princípios de Yogyakarta \(2006\)](#) e os [princípios de Yogyakarta +10 \(2017\)](#) são um conjunto de princípios internacionais relacionados com a orientação sexual e a identidade de género. Constituem um guião universal para os direitos humanos que afirmam normas jurídicas internacionais vinculativas que todos os Estados devem cumprir. Os 29 princípios originais abordam um vasto leque de normas internacionais de direitos humanos e a sua aplicação à questões de orientação sexual e identidade de género.

Estes incluem domínios como o direito à igualdade e à não-discriminação, à ausência de tortura, os direitos ao trabalho, à segurança e à habitação segura, bem como à liberdade de pensamento, de expressão e de associação. No dia 10 de Novembro de 2017, um painel de peritos publicou nove (9) princípios adicionais, que reflectem a evolução do direito e da prática internacionais em matéria de direitos humanos após 2006. Estes incluem os direitos à protecção do Estado, ao reconhecimento legal e à integridade física e mental. Os Princípios de Yogyakarta +10 contêm também 111 "obrigações adicionais do Estado" relacionadas com áreas como a tortura, o asilo, a privacidade, a saúde e a protecção dos defensores dos direitos humanos.



Mensagens-chave de advocacia para combater o movimento anti-género

Porquê é que isto importa?

1. O movimento anti-género ameaça a segurança, a dignidade e o bem-estar de pessoas LGBTQ+ e dos trabalhadores ou trabalhadoras de sexo de todos os géneros, e faz retroceder a saúde sexual e reprodutiva e direitos das mulheres e raparigas na sua diversidade.
2. A Estratégia Mundial de Combate ao SIDA 2021-2026 compromete-se a reduzir para menos de 10%, até 2025, o número de países com leis que dificultam o acesso aos serviços de HIV e SSRD. Este é um dos três novos objectivos dos "facilitadores sociais" que se centram na abordagem das barreiras de género e dos direitos humanos à prevenção, ao tratamento e aos cuidados do HIV. 68 países¹⁵ – mais de metade dos quais em África – criminalizam os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, 130 algum aspecto do trabalho de sexo, e 30 são transgéneros (embora a falta de protecções explícitas para, ou mesmo o reconhecimento legal de pessoas transgénero na maioria dos países também possa ser considerada como uma forma de facto de criminalização). No entanto, estas leis não são irreversíveis. A advocacia bem-sucedida levou à descriminalização dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo em vários países africanos, incluindo o Botswana (2019), Angola (2019) e Moçambique (2015) e, mais recentemente, o Gabão em 2020.



Considerações-chave

3. Os activistas anti-género cooptaram uma linguagem de direitos humanos e de protecção da criança para promover objectivos que, na realidade, procuram minar os direitos das mulheres, de pessoas LGBTQ+, dos trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e de outra população socialmente marginalizada, incluindo crianças.¹⁶ Tipicamente, os movimentos anti-género procuram promover os "valores da família", proibir e/ou punir a homossexualidade, promover ou manter a criminalização do trabalho de sexo, dos trabalhadores ou trabalhadoras de sexo e/ou dos seus clientes, e proibir ou limitar acesso à cuidados de aborto abrangentes e à uma educação sexual abrangente.

Posicionam os indivíduos LGBTQ+ e feministas como uma ameaça à sociedade - e as nossas agendas de direitos (em particular a SSRD) como representando um perigo para as crianças. **Precisamos de compreender a forma como a linguagem dos direitos está a ser utilizada pelo movimento anti-género para restringir os direitos de alguns grupos**, para que possamos detectar quando a linguagem que soa progressista está a ser utilizada para minar a nossa agenda.

4. Os financiadores e doadores de fundos anti-género dão prioridade às actividades de "construção do mundo" a longo prazo em detrimento de projectos ou programas específicos e limitados no tempo. Isto significa que o movimento é extremamente bem financiado e não está sobrecarregado com o cumprimento de objectivos ou metas específicas de curto ou médio prazo. Isto significa que as organizações podem ser ambiciosas e correr riscos. Em comparação, as organizações feministas, de direitos LGBTQ+ e outras organizações de SSRD tendem a depender de financiamentos de curto prazo, restritos e específicos para projectos, com pesados encargos administrativos e de elaboração de relatórios.¹⁷

O que nós queremos/precisamos

5. **Precisamos de solidariedade, coordenação e colaboração entre movimentos - incluindo dos parceiros doadores.** Os que trabalham para abordar o sexismo, o racismo e o colonialismo e para promover os direitos de mulheres e raparigas, de pessoas LGBTQ+, de crianças e direitos humanos devem trabalhar em conjunto para proteger o espaço cívico e combater o movimento anti-género.



6. **Precisamos de investimento sustentado, incluindo financiamento flexível, baseado em fundos fiduciários, de longo prazo e de base ou sem restrições para organizações feministas, de direitos de mulheres, de direitos de pessoas LGBTQI+ e outras organizações de apoio e lideradas pela comunidade, para garantir a liderança e o envolvimento da comunidade.**
7. **Precisamos de um conjunto de mensagens consolidadas sobre o género que possam ser utilizadas em espaços de alto nível, no discurso público e no diálogo social para contrariar as narrativas heteronormativas sobre o género.** Por exemplo, que ser homossexual é uma doença mental ou uma "condição" que pode ser "curada" através da oração, da compaixão ou da terapia de reabilitação/conversão; que se uma mulher for "demasiado" instruída ou bem sucedida nunca encontrará um marido; que os trabalhadores ou trabalhadoras de sexo são "destruidores de lares" ou a causa da ruptura do casamento/relacionamento; que a homossexualidade ou ser transgénero são ideias "importadas", "Ocidentais" e essencialmente "não-africanas".
8. **Queremos ter acesso aos serviços, em particular aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, por parte de provedores formados que prestem cuidados amigáveis, sem juízos de valor e sem discriminação.** A Cobertura Universal em Saúde (CUS) representa uma oportunidade para promover a saúde como um direito humano fundamental, ou "saúde para todos". Os elementos essenciais da cobertura universal em saúde estão integrados numa série de convenções sobre direitos humanos acordadas a nível internacional, bem como nas constituições nacionais. Pode ser um veículo para alcançar a equidade na saúde e o direito à saúde, independentemente da idade, género, etnia, orientação sexual, estado de HIV ou outros factores socioeconómicos de uma pessoa.
9. **Queremos a descriminalização. As leis punitivas devem ser revistas e reformadas.** Estas incluem leis que criminalizam os relacionamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o trabalho de sexo, a não revelação, exposição e transmissão do HIV e o uso pessoal de drogas. Precisamos de literacia jurídica para as comunidades, a polícia e os membros do sistema judicial, para que possam usar a lei para proteger os nossos direitos e liberdades fundamentais, em vez de a usarem contra nós.
10. **Queremos famílias e comunidades solidárias que nos ajudem a manter o nosso bem-estar.** Para tal, é necessário um apoio específico à saúde mental e, sempre que necessário, serviços de mediação familiar adaptados às nossas necessidades, prestados por conselheiros de pares ou por provedores de serviços com formação adequada.

Veículos principais

- Webinar/evento de aprendizagem sobre o movimento anti-género e o seu impacto negativo na resposta global ao HIV
- Relatório da ISDAO "Quem tem medo do Género?"
- [Compêndio da Linguagem de HIV](#)
- A [afirmação dos princípios feministas](#) (ver o quadro acima) é uma fonte de aliança, linguagem unificadora e mensagens de sensibilização que podem ser usadas na construção de movimentos e na solidariedade para contrariar a oposição
- Campanha da GNP+ Não é um Criminoso, que tem vindo a aumentar a consciencialização e a fazer lobby para a remoção de leis punitivas
- Relatórios do UPR em países relevantes
- Reunião de alto nível de CUS

Principais oportunidades

- Trabalhar com o grupo de trabalho de Advocacia para monitorar a oposição (por exemplo, através do Não é um Criminoso), disseminar e activar o Compêndio de Linguagem de HIV
- Mudar Rostos, Mudar Espaços
- IDAHOBIT
- Women Deliver, 2023
- CSW



Exemplos de boas práticas da Love Alliance

A ISDAO e a Queer African Youth Network (QAYN) encomendaram um [estudo](#) sobre a ideologia de género e as campanhas anti-género que a apoiam no Burquina Faso, no Gana e no Senegal. Este estudo tinha como objectivo compreender melhor a estrutura, a organização e a manifestação do(s) movimento(s) "anti-género" na África Ocidental.

O estudo concluiu que, embora dispersas, as acções e a retórica dos actores anti-género na região são claras e visíveis e aderem à uma retórica unificada e unificadora com um impacto negativo na organização feminista e LGBTIQ+. O relatório apresenta recomendações para reforçar o movimento LGBTIQ+ e criar resiliência à nível individual, familiar, comunitário e social, nomeadamente através da criação de movimentos transnacionais.



Recursos para combater o movimento anti-género

- Elevate Children Funders Group (2021) [Manufatura do Pânico Moral : Armando crianças para minar a justiça de género e direitos humanos](#)
- ISDAO (2022) [Quem tem medo do género?](#)
- [Dica de Iceberg - https://www.epfweb.org/node/837](https://www.epfweb.org/node/837)
- [Iniciativa do Observatório da Universalidade dos Direitos \(OURs\)](#)
- JASS (2019) [Defender os Direitos em Contextos Hostis: Compreender e Enfrentar a Repressão contra Activistas Democráticos no Espaço da África Austral](#)
- Denkovski, et al (2021), [O trabalho do Centro de Política Externa Feminista para combater campanhas anti-género](#)
- Love Alliance, HIV Policy Lab, O'Neill Institute (2022) [Compêndio sobre a linguagem de HIV](#)

Referências

9. Do website GATE
10. [Respondendo ao movimento anti-género - ILGA-Europe](#)
11. [Combater as campanhas anti-género - CFFP \(centreforfeministforeignpolicy.org\)](#)
12. [Carta | Afirmação Feminista](#)
13. GATE
14. Estas incluem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing e o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 5.
15. <https://76crimes.com/76-countries-where-homosexuality-is-illegal/>
16. Vide, por exemplo, [manufacturing-moral-panic-report.pdf \(showit.co\)](#)
17. Ibid, página 12.

Anexo 1: Dados globais de HIV que destacam as desigualdades¹⁸

As desigualdades acentuadas, dentro dos países e entre eles, estão a travar os progressos na resposta ao HIV, e o HIV está a aumentar ainda mais essas desigualdades.

Todos os dias, 4000 pessoas - incluindo 1100 jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) - são infectadas com o HIV. Se as tendências actuais se mantiverem, 1,2 milhões de pessoas serão infectadas com o HIV em 2025 - três vezes mais do que a meta de 370 000 novas infecções para 2025.

Em 2021, a cada dois minutos, uma adolescente ou uma jovem foi infectada pelo HIV. A pandemia de COVID-19 provocou interrupções nos principais serviços de tratamento e prevenção do HIV, milhares de raparigas que não frequentam a escola, e picos de gravidez na adolescência e de violência baseada no género.

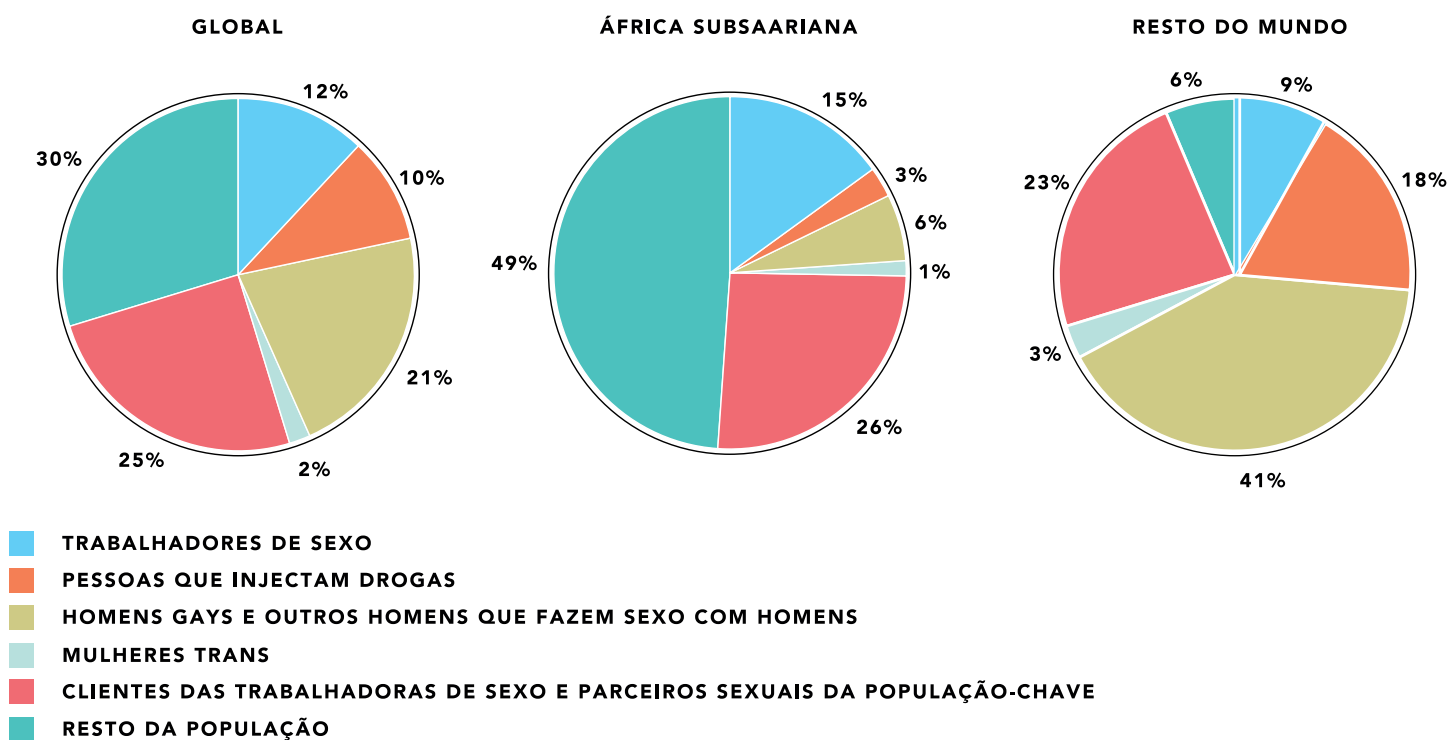
As pessoas com menos poder social e menos protecção ao abrigo da lei correm frequentemente um maior risco de infecção por HIV. As raparigas adolescentes e mulheres jovens (com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos) - uma das quais é infectada pelo HIV de três em três minutos - têm três vezes mais probabilidades de contrair o HIV do que os rapazes adolescentes e os homens jovens do mesmo grupo etário na África Subsaariana.

As estimativas globais baseadas em dados de 2000-2018 indicam também que mais de uma em cada 10 mulheres dos 15 à 49 anos, casadas ou em união de facto, foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Ademais, a epidemia de violência doméstica contra as mulheres em todo o mundo intensificou-se muito durante a pandemia de COVID-19.

A população-chave representa menos de 5% da população mundial, mas ela e os seus parceiros sexuais representaram 70% das novas infecções por HIV em 2021 (vide Figura x na página 38).

Em todas as regiões do mundo, existe população-chave que é particularmente vulnerável à infecção por HIV (v Figura x na página 38).

➤ Figure 1: Distribuição da aquisição de novas infecções pelo HIV por população, global, África Subsaariana e resto do mundo, 2021 (fonte: [ONUSIDA Actualização Global do SIDA 2022](#))



➤ Figure 2: Risco relativo de adquirir o HIV, global, 2021 (fonte: [Actualização Global do SIDA 2022](#))



Anexo 2: Contribuição em prol dos compromissos assumidos na Declaração Política de 2021 sobre o HIV e SIDA¹⁹

Parágrafo 63: Comprometer-se a colocar a igualdade de género e os direitos humanos de todas as mulheres e raparigas em diversas situações e condições na vanguarda dos esforços para mitigar o risco e o impacto do HIV:

(d) Eliminar todas as formas de violência sexual e baseada no género, incluindo a violência entre parceiros íntimos, através da adopção e aplicação de leis, da alteração de estereótipos de género nocivos e de normas, percepções e práticas sociais negativas, bem como da prestação de serviços adaptados que abordem as formas múltiplas e intersectoriais de discriminação e violência enfrentadas pelas mulheres que vivem com o HIV, que estão em risco de contrair e estão afectadas por HIV;

(e) Reduzir, até 2025, para não mais de 10% o número de mulheres, raparigas e pessoas que vivem com HIV, que estão em risco de contrair o vírus e que estão afectadas por ele, e que são vítimas de desigualdades baseadas no género e de violência sexual e baseada no género.

Parágrafo 64. Comprometer-se com o princípio de um Maior Envolvimento de Pessoas que Vivem com o HIV/SIDA e capacitar as comunidades de pessoas que vivem com o HIV, em risco e afectadas pelo HIV, incluindo mulheres, adolescentes e jovens, para que desempenhem os seus papéis críticos de liderança na resposta ao HIV.

(a) Assegurar que as redes globais, regionais, nacionais e subnacionais pertinentes e outras comunidades afectadas sejam incluídas na tomada de decisões, na planificação, na execução e na monitoria da resposta ao HIV e recebam apoio técnico e financeiro suficiente;

(b) Criar e manter um ambiente seguro, aberto e propício, no qual a sociedade civil possa contribuir plenamente para a aplicação da presente declaração e para a luta contra o HIV/SIDA;

Parágrafo 65. Comprometer-se a eliminar o estigma e a discriminação relacionados com o HIV e a respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos das pessoas que vivem com o HIV, em risco de o contraírem e por ele afectadas, através do investimento de recursos concretos e do desenvolvimento de orientações e formação para os provedores de cuidados de saúde, através de:

(a) Criação de um ambiente legal favorável, revendo e reformando, se necessário, os quadros legais e políticos restritivos, incluindo as leis e práticas discriminatórias que criam obstáculos ou reforçam o estigma e a discriminação, tais como leis relativas à idade de consentimento e leis relacionadas com a não revelação, exposição e transmissão do HIV, as que impõem restrições de viagens relacionadas com o HIV e testagens obrigatórias e leis que visam injustamente as pessoas que vivem com o HIV, que estão em risco de o contrair e que estão afectadas por ele, com o objectivo de garantir que, até 2025, menos de 10% dos países tenham quadros legais e políticos restritivos que levem à negação ou limitação do acesso aos serviços;

(b) Adopção e aplicação de legislação, políticas e práticas que previnam a violência e outras violações dos direitos das pessoas que vivem com HIV, em risco de o contrair e que estão afectadas por ele, e que protejam o seu direito ao mais elevado nível possível de saúde física e mental, o seu direito à educação e o seu direito a um nível de vida adequado, incluindo alimentação, habitação, emprego e protecção social adequados, e que impeçam a utilização de leis que as discriminem;

(d) Pôr fim à impunidade das violações dos direitos humanos de que são vítimas as pessoas que vivem com HIV, em risco de contrair e que estão afectadas por ele, envolvendo-as de forma significativa e garantindo-lhes o acesso à justiça, através de criação de programas de alfabetização jurídica, do aumento do seu acesso a apoio e representação jurídicos e da expansão da formação de sensibilização para juízes, polícia, profissionais de saúde, assistentes sociais e outros responsáveis;

(e) Trabalhar em prol de uma visão de estigma zero e de discriminação contra as pessoas que vivem com o HIV, em risco de contrair e que estão afectadas por ele, assegurando que menos de 10% das pessoas sejam vítimas de estigma e discriminação até 2025, nomeadamente tirando partido das potencialidades de Indetectável = Intransmissível;

Referências

18. Todas as estatísticas nesta subsecção são da Actualização Global do SIDA da ONUSIDA 2022 "Em Perigo", disponível em [Relatório completo — In Danger: UNAIDS Global AIDS Update 2022 \(aidsdatahub.org\)](#) (visualizado a 18 de Outubro de 2022)
19. [Declaração Política sobre o HIV e SIDA: Acabar com as Desigualdades e Entrar no Rumo para Acabar com o SIDA até 2030 | ONUSIDA](#)



Publicado em Abril de 2024
© 2024 Love Alliance
Escrito por: Luisa Orza
Desenhado por: Y+ Global e
em colaboração com o
grupo de trabalho GYI